



O EMPREGO DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA MILITAR NO APOIO À BUSCA CONTINUADA DE AMEAÇAS, NO CONTEXTO DE UMA OPERAÇÃO DE PAZ NO CONTINENTE AFRICANO

Autores:

- Gian Dermário da Silva¹
- José Jorge Gonçalves Júnior²
- André Augusto de Menezes Ferreira³

Na atualidade, diversos atores não estatais, novas ameaças e considerações acerca do nacionalismo, transnacionalismos e xenofobia estão cada vez mais presentes nas relações internacionais e nos arranjos de segurança dos Estados Nacionais. A violência extremista e o terrorismo internacional contemporâneos, os conflitos étnico-religiosos e os delitos transnacionais ameaçam constantemente a segurança, a paz social, a soberania e os interesses de tais Estados. Nesse contexto, países como o Brasil, têm procurado atualizar seus sistemas de gerenciamento de crise e conflito armado internacional e de emprego do Poder Militar, como no caso da condução de Operações de Paz (BRASIL, 2012a, 2012b).

Nesse sentido e conforme a Política Nacional de Defesa (PND) brasileira, torna-se essencial estruturar a Defesa Nacional do Brasil de modo compatível com a sua estatura político-estratégica, para preservar a sua soberania, seus interesses nacionais, ampliar sua projeção no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e a cooperação entre os povos. Assim, a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, bens e recursos brasileiros no exterior; e a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais emergem como dois dos seus Objetivos de Defesa Nacional. Da mesma forma, o preparo das Forças Armadas (FA) para participar de Operações de Paz, sob a égide de organismos multilaterais; a disponibilidade de capacidade de projeção de poder, visando a participação em tais operações, e o aperfeiçoamento da capacidade de

comando, controle, monitoramento do sistema de inteligência surgem como três das orientações da sua Defesa Nacional (BRASIL, 2012a).

A Estratégia Nacional de Defesa (END) brasileira, de 2012, tem como principal finalidade propiciar a execução da PND do País, viabilizando a consecução dos seus Objetivos de Defesa Nacional. Dessa maneira, duas das suas diretrizes tratam do desenvolvimento da capacidade de responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão, ou seja, ter mobilidade estratégica; e preparação das FA para desempenharem responsabilidades em operações internacionais de apoio à sua política exterior, particularmente Operações de Paz e Ações Humanitárias, integrando Forças sobre a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) ou outros organismos regionais multilaterais (BRASIL, 2012b).

Para tal, e visando a sua própria aplicabilidade, a referida END diz o seguinte em relação à Inteligência de Defesa brasileira:

A Inteligência deve ser desenvolvida desde o tempo de paz, pois é ela que possibilita superar as incertezas. É da sua vertente prospectiva que procedem os melhores resultados, permitindo o delineamento dos cursos de ação possíveis e os seus desdobramentos. A identificação das ameaças é o primeiro resultado da atividade da Inteligência de Defesa. (BRASIL, 2012b, p. 129).

O Brasil tem, historicamente, concorrido para o êxito de algumas Operações de Paz pelo mundo e dispõe-se a assumir novas responsabilidades nesse sentido, como ocorreu recentemente, por meio de gestões do seu Governo junto à ONU, visando

¹Oficial de Infantaria do Exército Brasileiro - Academia Militar das Agulhas Negras - Mestre em Ciências Militares - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - dermariogian@gmail.com

²Oficial de Infantaria do Exército Brasileiro - Academia Militar das Agulhas Negras - Mestre em Operações Militares - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - major.jorge96@gmail.com

³Oficial de Cavalaria do Exército Brasileiro - Academia Militar das Agulhas Negras - Mestre em Operações Militares - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército - aaprof10@gmail.com

ao desdobramento de Força de Paz na República Centro-Africana (RCA). Logo, e de acordo com a sua Política Nacional de Inteligência (PNI), o Brasil tornou-se suscetível à perpetração de ações adversas de vários tipos, tanto no âmbito interno, como no externo. Sendo assim, tornou-se imprescindível para o seu Sistema de Inteligência conhecer as principais ameaças e vulnerabilidades a que estão sujeitas as suas posições e os seus interesses nacionais no exterior, como forma de bem assessorar o seu Governo e os órgãos responsáveis pela consecução dos seus objetivos extraterritoriais, particularmente suas FA (BRASIL, 2016).

No que diz respeito à Inteligência Militar (IM), embora o ambiente operacional contemporâneo venha sofrendo constantes transformações, o mesmo vem mantendo como objetivo básico a identificação de ameaças, particularmente as transnacionais, buscando com isso minimizar incertezas e possibilitar o aproveitamento de oportunidades, o que tem contribuído decisivamente para o sucesso das operações militares em todos os níveis.

Quanto às atuais ameaças transnacionais, as que se contrapõem aos intentos de estabilização política e socioeconômica na África são a violência extremista, o terrorismo, a insurgência e o crime organizado. Nesse contexto, a rivalidade que se estabeleceu na última década entre o *Ad-Dawlat al-Islamiyah fi al-Iraq wa sh-Sham* (DAESH), *Islamic State of Iraq and Syria* (ISIS) ou *Islamic State in Iraq and the Levant* (ISIL) e a *Al Qaeda* provocou um distanciamento e enfrentamentos regionalizados entre ambas. Essa disputa colocou em evidência

o atual caráter regional também assumido pelo *jihadismo*, em detrimento dos intentos dessas organizações terroristas manterem o terrorismo islâmico com alcance global. A *Al Qaeda* e o *DAESH* passaram, então, a dividir os seus esforços entre atuações globais e atuações regionais, como vem ocorrendo no Oriente Médio e na África, particularmente no *Maghreb*, *Sahel*, Chifre da África e áreas subsaarianas. Tais organizações terroristas e extremistas violentas têm modificado suas estratégias e seus *modi faciendi*, fazendo-se valer de coligações com movimentos insurgentes e organizações criminosas, visando sua sobrevivência e a manutenção do seu protagonismo regional (CASTRO; OSÉS, 2015).

O território delimitado pelo *Maghreb*, *Sahel*, Chifre da África e áreas subsaarianas caracteriza o “Arco de Instabilidade” do continente africano, onde organizações terroristas, violentas extremistas e insurgentes continuam a ameaçar e a desestabilizar a região, com consequências além das fronteiras de qualquer país, em seu interior ou nas suas proximidades, como no caso da RCA (ALEXANDER, 2017) (Figura 1).



Figura 1: *Terrorism Hot Spot: Africa's Arc of Instability*
Fonte: Alexander (2017), adaptada pelos autores



Dessa maneira, este artigo científico buscou analisar as formas como a Atividade de Inteligência Militar (AIM) poderá apoiar a busca continuada de ameaças às possíveis tropas brasileiras a serem desdobradas em território africano, no contexto de uma futura Operação de Paz, apoiando a preparação, o planejamento, a execução e o Exame de Situação continuado dos seus Comandantes e Estados-Maiores em todos os níveis.

O presente trabalho foi realizado conforme os preceitos teóricos do Paradigma Pós-Positivista de produção de conhecimento, com foco na abordagem qualitativa. O método científico de abordagem utilizado foi o hipotético-dedutivo e os de procedimentos foram o histórico e o comparativo. Quanto aos objetivos do estudo, empreendeu-se uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa. Em relação aos procedimentos técnicos utilizados, foram desenvolvidas pesquisas bibliográficas e documentais, buscando uma revisão completa acerca do tema, com foco nos embasamentos teóricos e nas AIM desenvolvidas nas Operações de Paz do século XXI. A análise de conteúdo e de discurso e triangulações de métodos e técnicas foram utilizadas no tratamento dos dados do trabalho em questão.

1. O AMBIENTE OPERACIONAL AFRICANO E SUAS PRINCIPAIS AMEAÇAS

De acordo com o manual Inteligência (EB20-MC-10.207) do Exército Brasileiro (EB), de 2015, o termo ameaça é definido da seguinte forma, em sua Parte II-Termos e Definições:

Ameaça - qualquer conjunção de atores, entidades ou forças com intenção e capacidade de realizar ação hostil contra o país e seus interesses nacionais, com possibilidades de por intermédio da exploração de deficiências, causar danos ou comprometer a sociedade nacional (a população e seus valores materiais e culturais) e seu patrimônio (território, instalações, áreas sob jurisdição nacional e o conjunto das informações de seu interesse). Também pode ocorrer sob a forma de eventos não intencionais (naturais ou provocados pelo ser humano). (BRASIL, 2015, p. 43).

Cabe antes ressaltar os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, conforme a 5ª Edição do Glossário das Forças Armadas, MD35-G-01, de 2015, como se segue:

EFETIVIDADE - Capacidade de manter eficácia e eficiência ao longo do tempo.

EFICÁCIA - 1. Obtenção de um efeito desejado [...].

EFICIÊNCIA - 1. Capacidade de produzir o efeito desejado com economia (emprego racional) de meios. 2. Grau de perfeição obtido na produção de um resultado, avaliado depois de executada a ação. (BRASIL, 2015).

1.1 Principais organizações violentas extremistas e terroristas atuantes no arco de instabilidade africano

O fenômeno terrorismo convencional ou tradicional, tal como se conhecia, mudou significativamente, tendo como marco simbólico o atentado às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001. Ao longo do século XX, o mundo conviveu com dois tipos de organizações terroristas, os de base ideológica predominantemente política, como o norte-irlandês *Irish Republican Army (IRA)* e o espanhol *Euskadi Ta Askatasuna (ETA)*, e os de base predominantemente religiosa, como o libanês *Hezbollah* e os palestinos *Hamas* e *Fatah*. Os primeiros surgiram em países ocidentais do primeiro mundo, operavam em regiões delimitadas e priorizavam a sobrevivência de seus membros de maneira racional. Quanto aos religiosos, estes se desenvolveram no Oriente Médio e perduram até os dias atuais, se concentrando principalmente na tentativa de destruição dos judeus e de Israel, embora tenham disputado o protagonismo regional até pouco tempo atrás, e em ataques aos seus aliados ocidentais, como os EUA (CASTRO; OSÉS, 2015).

Porém, após o 11 de setembro de 2001, o mundo passou a conhecer o terrorismo extremista islâmico de alcance global, caracterizado por uma violência sem precedentes e protagonizado, inicialmente, pela *Al Qaeda*, cujo principal líder foi Osama Bin Laden. Com bases no Afeganistão, Paquistão



e filiais em várias partes do mundo, como África e Ásia, a *Al Qaeda* passou a empregar uma estratégia que aliava sigilo à tecnologia aplicada às comunicações, se manifestando com atentados massivos, que tinham como objetivo final a expulsão ocidental dos países muçulmanos. Nesse contexto, a *Al Qaeda* se expandiu tanto como modelo para o recrutamento de terroristas dispostos a atacar principalmente o Ocidente, como para a desestabilização e pressão sobre regimes locais, particularmente os desestruturados, buscando a expulsão dos seus aliados ocidentais (CASTRO; OSÉS, 2015).

Com a morte de Osama Bin Laden em 1º de maio de 2011 e a aparente decadência da *Al Qaeda*, o *DAESH* (*Ad-Dawlat al-Islamiyah fi al-Iraq wa sh-Sham*), *ISIS* (*Islamic State of Iraq and Syria*) ou *ISIL* (*Islamic State in Iraq and the Levant*) passou a dividir com aquela o protagonismo do terrorismo e da violência islâmica transnacional, mesmo divergindo nos métodos e estratégias de implantação e atuação, embora sendo ambas baseadas no *jihadismo salafista*. O *DAESH* assumiu definitivamente tal protagonismo ao romper com a estratégia do sigilo de sua origem a *Al Qaeda*, pois o mesmo surgiu a partir da *Al Qaeda in Iraq* em 2003, buscando sua expansão midiática e geográfica, por meio da divulgação explícita de seus crimes e ataques brutais e, principalmente, pela ocupação expansiva de espaços territoriais desestruturados no Oriente Médio e na África, reestabelecendo as bases para a criação do seu almejado Califado (CASTRO; OSÉS, 2015).

Nesse sentido, o *DAESH* e a *Al Qaeda* deram início a uma silenciosa e estratégica rivalidade, que tem provocado o afastamento e constantes enfrentamentos regionalizados entre ambas e suas afiliadas africanas e asiáticas. Tal rivalidade, tem tornado evidente o caráter regional do *jihadismo* contemporâneo, em detrimento das suas históricas atuações internacionais. Dessa forma, a *Al Qaeda* e

o *DAESH* começaram a dividir os seus esforços entre atuações internacionais e regionalizadas, como vem ocorrendo no Oriente Médio e na África, com destaque para o “Arco de Instabilidade” africano (ALEXANDER, 2017).

Em março de 2017, a *Al Qaeda in the Islamic Maghreb* (AQIM) auxiliou na criação do *Jaamaat Nusrat al-Islamm wal Muslimen* (JNIM) ou *Groupe de Soutien à l’Islam et aux Musulmans* (GSIM). O JNIM passou a integrar, assim, a própria AQIM e as já atuantes *Harakat Ansar al-Din* (*Ansar al-Dine*) e sua filial *Front de Libération du Mancina* (FLM), a *Ansar al-Sharia*, o *Harakat al-Shabab al-Mujahideen* (*Hizbul Shabab* ou *Al-Shabab*) e o *Al-Morabitum* e seus aliados *Les Signataires par le Sang*. Recentemente, o *Boko Haram* (*Jama’at Ahl as-Sunnah lid-Da’wah wa’l-Jihad*) rompeu sua aliança com o enfraquecido *DAESH* para se juntar novamente à sua antiga aliada AQIM (TEBAS, 2017) (Figura 2).

Por outro lado, em abril de 2017, o *DAESH* também já havia conseguido unir várias organizações terroristas preexistentes ao seu surgimento, cooptando inclusive antigas aliadas da *Al Qaeda*, como é o caso da *ISIL’s West Africa Province* (ISWAP), do *Islamic State’s Greater Sahara* (ISGS) e do *Jahba East Africa*. A ISWAP havia surgido em dezembro de 2016, por iniciativa protagonizada pelo *Jama’at Ahl as-Sunnah lid-Da’wah wa’l-Jihad* (*Boko Haram*), cuja tradução significa que a educação ocidental é um pecado, enquanto o ISGS, originário do *Movement for Unit and Jihad in West Africa* (MUJAO), antigo aliado da AQMI por meio do *Al Morabitum*, declarou sua fidelidade e união ao *DAESH* em março de 2015. Quanto ao *Jahba East Africa*, trata-se de uma organização surgida em abril de 2016, constituída por desertores do *Al-Shabab*. Cabe ressaltar que o *Boko Haram* rompeu sua aliança com o *DAESH* para se filiar novamente à AQIM (TEBAS, 2017) (Figura 2).

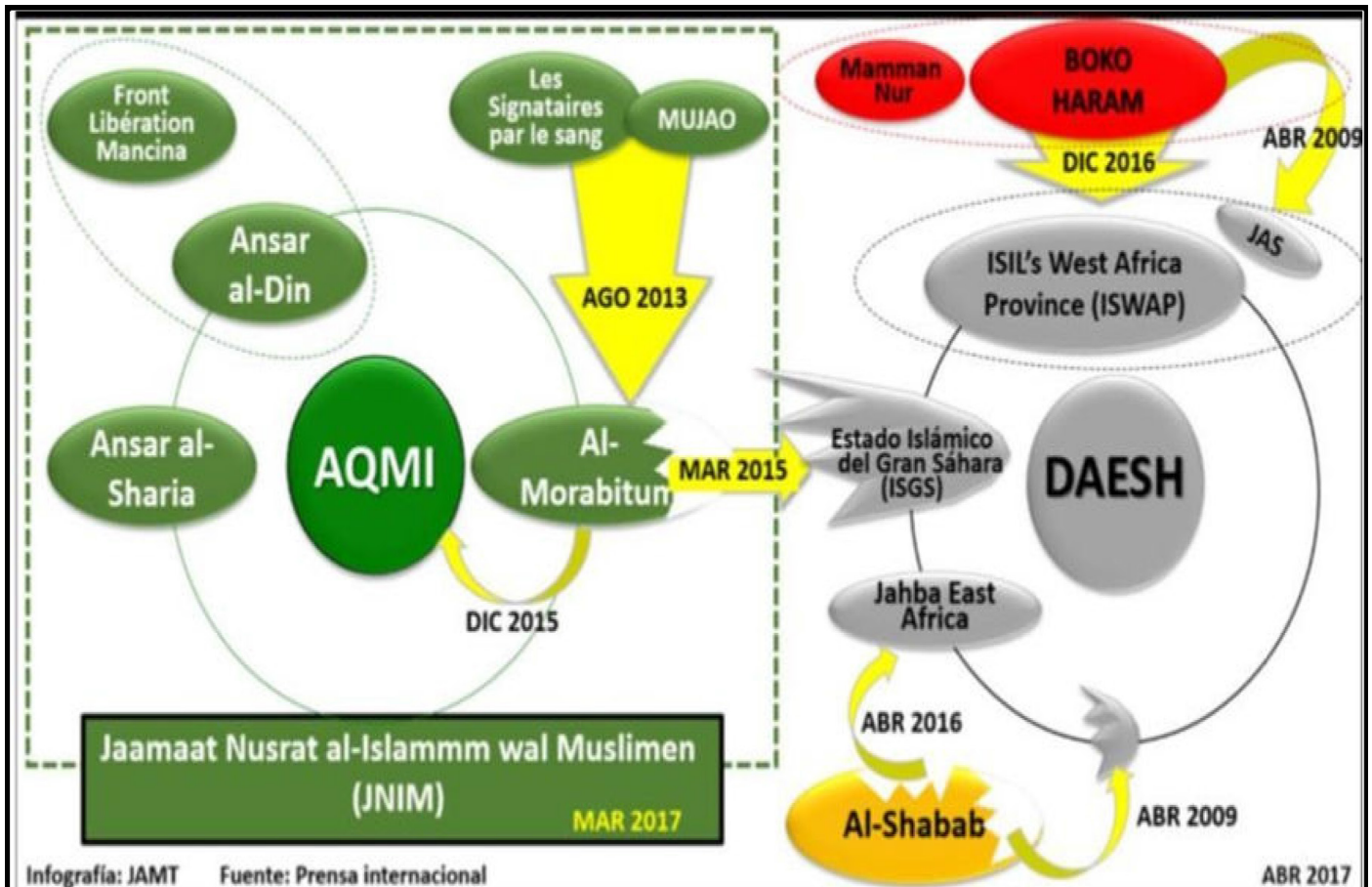


Figura 2: Sahel-África Subshariana: alianzas grupos terroristas
Fonte: Tebas (2017), adaptada pelos autores

Ultimamente, as organizações *jihadistas* estabelecidas no *Sahel* têm aumentado seus raios de ação até chegarem na África Ocidental, como se verifica nos últimos ataques nessa região. Países que antes não estavam expostos ao terrorismo, como Burkina Faso e Costa do Marfim, passaram a se constituir em alvos. Até o ataque em Burkina Faso em, 16 de janeiro de 2016, países da África Ocidental se sentiam a salvo da violência extremista que a AQMI, o DAESH e suas organizações afiliadas estavam exercendo na região do *Sahel* (TEBAS, 2017).

Todas essas ações caracterizam as mudanças táticas e estratégicas levadas a cabo pelas duas principais organizações terroristas *jihadistas* presentes no continente africano nos últimos anos, particularmente no seu “Arco de Instabilidade”. De um lado, a *Al Qaeda*, que tenta recuperar parte do seu protagonismo e da sua liderança perdidos face ao DAESH, algo que se reflete especialmente no *Magreb* e no *Sahel*, onde a sua filial AQMI tem conseguido fazer

novas alianças. Do outro lado o DAESH, que por ter sofrido forte revés no Iraque, na Síria e na Líbia, vem tentando construir novas alianças e conquistar novos territórios para a sua expansão na África (TEBAS, 2017).

1.1.1. Presença e atuação da Al Qaeda e suas filiais na África

O *Jaamaat Nusrat al-Islamm wal Muslimen (JNIM)* ou *Groupe de Soutien à l’Islam et aux Musulmans (GSIM)* foi criado em 2 de março de 2017, por meio de uma aliança protagonizada pela *Al Qaeda in the Islamic Maghreb (AQIM)*, que conseguiu aglutinar os interesses da *Al Qaeda* na África com os interesses da *Ansar al-Sharia*, da *Ansar al-Din*, do *Al-Morabitun* e do *Al-Shabab*, em suas respectivas regiões de atuação. Para liderar esta nova aliança foi escolhido o *tuareg* maliense *Iyad Ag Ghali*, chefe e fundador da *Ansar al-Din*. Na realidade, essas orga-



nizações terroristas pré-existentes apenas oficializaram uma aliança que já existia operacionalmente e já lutava pela sua influência nas regiões do *Sahel* e subsaariana (CASTRO; OSÉS, 2015; ALEXANDER, 2017).

A *Al Qaeda in the Islamic Maghreb* (AQIM) surgiu no início de 2007 no Norte da África, a partir do “Grupo Argelino Salafista para a Predicação e o Combate”, como influência direta da *Al Qaeda*, liderada então por Osama Bin Laden. Atualmente, a AQIM, chefiada pelo Emir Abdel Wadoud, é um dos grupos terroristas mais ativos no âmbito da aliança denominada *JNIM* ou *GSIM*, e está presente e atuante no *Maghreb* e no *Sahel*, particularmente nas regiões Norte e Sul da Argélia, Tunísia, Líbia, parte Ocidental do Egito, Mali e zona Norte do Níger (CASTRO; OSÉS, 2015; ALEXANDER, 2017).

A *Ansar al-Sharia* (Defensores da Sharia), baseada no Iêmen, também está presente e atuante nas porções Setentrional e Ocidental da África, particularmente no *Maghreb* e *Sahel*, em países como a Argélia, Tunísia, Líbia, Egito e Mali. A *Ansar al-Sharia* passou a atuar em nome do *JNIM* ou *GSIM* ao integrá-lo em março de 2017, se alinhando com a *Al Qaeda* e seus objetivos regionais, contra o protagonismo do *DAESH* (CASTRO; OSÉS, 2015).

A *Ansar al-Din* (Defensores da Fé), também conhecida como *Harakat Ansar al-Din*, *Ansar al-Dine* ou *Al Qaeda in Mali*, e sua filial *Front de Libération du Mancina* (FLM), são duas organizações terroristas originárias do Mali, que têm como um dos seus principais objetivos boicotar o processo de paz malinês, caracterizando a disputa regional levada a cabo pela *Al Qaeda* e o *DAESH*. A *Ansar al-Din* foi fundada pelo *tuareg* maliense Iyad Ag Ghali, que continua a chefiá-la até os dias atuais (CASTRO; OSÉS, 2015; ALEXANDER, 2017).

O *Al-Morabitum* trata-se de uma organização terrorista baseada no Norte do Mali, que se aliou à

Al Qaeda por meio da AQIM em dezembro de 2015. A partir de agosto de 2013, o *Al-Morabitum* absorveu tanto o grupo conhecido como *Les Signataires par le Sang* como o *Movement for Unit and Jihad in West Africa* (MUJAO), vindo a perder a lealdade deste último para o *DAESH* em março de 2015, que passou a se intitular *Islamic State's Greater Sahara* (ISGS). O *Al-Morabitum* e a AQIM têm uma estreita relação de cooperação há muito tempo, porém com a composição do *JNIM*, essas duas organizações adquiriram capacidades de planejar e executar ataques conjuntos fora do Mali, em países *sahelianos* e subsaarianos (CASTRO; OSÉS, 2015; ALEXANDER, 2017).

O *Harakat al-Shabab al-Mujahideen* (Movimento do Jovem Guerreiro), *Hizbul Shabab* ou *Al-Shabab* (A Juventude), como é mundialmente conhecido, tem suas bases na Somália e atua desde as suas origens na África Oriental, mais especificamente na região conhecida como Chifre da África. Assim, além da própria Somália, países como a Etiópia, Quênia, Tanzânia, Djibuti e Uganda já sofreram com suas atuações terroristas em maior ou menor escala (CASTRO; OSÉS, 2015; ALEXANDER, 2017).

O *Boko Haram* (*Jama'at Ahl as-Sunnah lid-Da'wah wa'l- Jihad*) tem suas bases no Nordeste da Nigéria, onde surgiu em 2002, e foi uma das organizações terroristas aliadas da *Al Qaeda* até 2015, quando a abandonou ao declarar fidelidade ao *DAESH*, sendo uma das possíveis razões para isso o fato da mesma ter recebido um grande aporte financeiro. Atualmente o *Boko Haram* retomou sua aliança com a AQIM, provavelmente devido ao atual enfraquecimento do *DAESH*. As atuações do *Boko Haram* extrapolam o próprio território nigeriano, atingindo outros países da África Central, como o Chade, Níger e região Norte de Camarões (CASTRO; OSÉS, 2015; ALEXANDER, 2017).



1.1.2. Novas táticas e estratégias da Al Qaeda e suas filiais na África

A *Al Qaeda*, por meio da *AQMI* e de suas afiliadas, tem propagado sua mensagem contra um inimigo neocolonial propenso a roubar as riquezas africanas, indo muito além da ideologia islâmica, em um continente, onde normalmente se desconfia das verdadeiras intenções dos ocidentais. Além disso, a *Al Qaeda* tem conseguido adaptar a sua narrativa aos contextos locais, refletindo algumas das reivindicações de diversos grupos étnicos africanos, como os *Tuaregs*, os árabes/*moriscos* e os negros *Funali* e *Songhai*. Nesse contexto, a aliança da *Al Qaeda* em torno da *AQMI* se enquadra na guerra de influência pelo controle de regiões africanas, particularmente da zona do *Sahel*, e se beneficia do conhecimento do terreno e dos fortes enlacs familiares, tribais e sólidas redes de seguidores incondicionais (TEBAS, 2017).

A *Ansar al-Din*, afiliada local da *AQMI*, realizou a maioria dos ataques no Mali ao longo de 2016, empregando artefatos explosivos improvisados denominados *IED*, em inglês *Improvised Explosive Device*. Não obstante, outros grupos terroristas *jihadistas* reapareceram ao final de 2016 na região norte do Mali, provavelmente após terem se reagrupado e se rearmado na Líbia, e começaram a realizar operações mais sofisticadas e ataques mais mortíferos com carros-bomba (TEBAS, 2017; ALEXANDER, 2017).

Os ataques levados a cabo pela *AQMI* e suas afiliadas, a partir de 2015, apresentam diversas características comuns, delineando suas recentes mudanças táticas e estratégicas. Quanto aos atacantes, passaram a empregar grupos de cerca de 3 (três) pessoas jovens, dispostas a morrer durante as suas ações. Em relação aos meios, utilizam fuzis automáticos e granadas e começaram a usar carros bombas e veículos suicidas equipados com *IED*. No que diz respeito aos seus objetivos, antes os mesmos se resumiam aos postos militares em zonas rurais, evo-

luindo para lugares emblemáticos, frequentados por estrangeiros, particularmente europeus, e locais com bom nível econômico. No que se refere às vítimas, procuram atingir o maior número possível de pessoas, incluindo locais. No que concerne aos efeitos desejados, buscam lograr um forte impacto psicológico e midiático internacional (TEBAS, 2017).

1.1.3. Presença e atuação do DAESH e suas filiais na África

O *Ad-Dawlat al-Islamiyah fi al-Iraq wa sh-Sham* (*DAESH*), *ISIS* (*Islamic State of Iraq and Syria*) ou *ISIL* (*Islamic State in Iraq and the Levant*) se originou em 2003, a partir de um pequeno grupo terrorista iraquiano denominado “Organização para o Monoteísmo e a Jihad”, que era aliado até então da *Al Qaeda in Iraq*. Com a morte de seu líder, Abu Musad Al Zarqawi, tal grupo passou a se denominar *Islamic State of Iraq* e iniciou um período de sobrevivência e consolidação no Oriente Médio. A partir da morte de Osama Bin Laden, o *DAESH* experimenta de uma forte expansão midiática e geográfica, baseada na publicação explícita de brutais e sucessivos crimes e na ocupação de espaços territoriais desestruturados, inicialmente no Oriente Médio e, posteriormente, na África. Com objetivos distintos e na busca pelo protagonismo internacional, o *DAESH*, chefiado pelo autointitulado Califa Abu Bakr al-Bagdadi, passou a rivalizar no continente africano com a *Al Qaeda*, dessa forma o mesmo constituiu uma grande aliança terrorista, que inclui o *ISIL's West Africa Province* (*ISWAP*), o *Islamic State's Greater Sahara* (*ISGS*) e o *Jahba East Africa* (TEBAS, 2017).

O *Islamic State's Greater Sahara* (*ISGS*) passou a ter essa denominação em março de 2015, quando Adnan Walid al-Saharawi, um dos principais líderes do *Movement for Unit and Jihad in West Africa* (*MUJAO*), abandonou o *Al-Morabitum* e declarou lealdade ao *DAESH*. Baseado no Mali, e atuante em toda a franja *saheliana*, o *ISGS* tem suas origens no antigo



MUJAO, que é como se chamava, mesmo antes de sua aliança com o *Al-Morabitum*, ocorrida em agosto de 2013 (TEBAS, 2017; ALEXANDER, 2017).

O *Jahba East Africa* foi criado em abril de 2016, a partir de desertores do *Al Shabab*, que juraram lealdade ao *DAESH*. Dessa forma, estava criada a rivalidade que faltava à região conhecida como Chifre da África, visto que o *Al Shabab* se tornou aliado da *Al Qaeda* em 2012, mantendo esse vínculo até os dias atuais (TEBAS, 2017; ALEXANDER, 2017).

A *Ansar Bayt al Maqdis* é uma organização terrorista baseada no Egito e de atuação limitada ao território egípcio, particularmente no Sinai, até a sua declaração de fidelidade ao *DAESH*, que ocorreu em 2014. A partir dessa aliança, tal organização adquiriu capacidades para expandir suas atuações por todo o Egito, potencializando a presença e a atuação do *DAESH* no Norte da África (TEBAS, 2017; ALEXANDER, 2017).

1.1.4. Novas táticas e estratégias do DAESH e suas filiais na África

No início de 2016, grupos combatentes do *DAESH* começaram a deixar suas bases na Líbia, por temor aos ataques aéreos ocidentais, em direção ao centro do continente africano, constituindo-se em novas ameaças para os países do *Sahel*, particularmente Níger e Chade. Paralelo a isso, em abril desse mesmo ano, desertores do *Al-Shaab* juraram lealdade ao *DAESH*, criando novos grupos como o *Jahba East Africa* (TEBAS, 2017; ALEXANDER, 2017).

A intensidade e os métodos operativos do *DAESH* e suas filiais, como de seu antigo aliado denominado *Boko Haram*, têm evoluído constantemente o emprego de técnicas, táticas e procedimentos (TTP) da guerra convencional para o uso de TTP da guerra assimétrica. Assim, de maio de 2014 a junho de 2015, suas ações se fundamentaram na guerra convencional, empregando centenas de com-

batentes armados com fuzis, lança-foguetes e apoiados por vários veículos blindados e frotas de viaturas equipadas com metralhadoras.

De junho de 2015 a março de 2016, o *DAESH* e suas afiliadas empregaram os fundamentos da guerra híbrida, combinando TTP convencionais e assimétricas em combates de menor escala, raramente com mais de 100 (cem) homens. Suas principais ações se valeram do uso de IED, emboscadas, pequenos ataques a postos militares, assassinatos em massa, queima de povoados e atentados suicidas, resultando por vezes em elevado número de vítimas civis. A partir de março de 2016, tais organizações se voltaram para a guerra assimétrica, diminuindo o número de ataques e de combatentes em suas ações (TEBAS, 2017; ALEXANDER, 2017).

Os ataques conduzidos pelo *DAESH* e suas filiais a partir de 2015 também têm apresentado vários pontos em comum, caracterizando seus atuais *modus faciendi*. Quanto aos seus atacantes, antes empregavam centenas de combatentes, tendo reduzido esse efetivo a não mais de 100 (cem) nos dias atuais. Em relação aos seus meios, antes utilizam fuzis automáticos, veículos blindados e viaturas equipadas com metralhadoras pesadas, passando a fazer uso de IED, emboscadas e atentados suicidas.

No que diz respeito aos seus objetivos, antes os mesmos se tratavam das Forças Armadas inimigas e lugares importantes, além da ocupação temporária de povoados, resumindo-se atualmente aos Comitês de Vigilância locais. No que se refere às vítimas, a média mensal inicial era de cerca de 61 (sessenta e um) civis e 6 (seis) militares, passando respectivamente para 18 (dezoito) e 2 (dois) nos dias atuais. No que concerne aos efeitos desejados, hoje em dia buscam lograr um forte impacto a nível local, associado a uma grande capacidade de recrutamento (TEBAS, 2017; ALEXANDER, 2017).



1.2. Principais organizações insurgentes e criminosas existentes na República Centro-Africana (RCA)

Além de tais organizações violentas extremistas e terroristas, outras ameaças estão presentes e atuantes em território africano, como grupos insurgentes e criminosos internacionais. A região em estudo tem sido utilizada para traficar cocaína, heroína, haxixe e resina de *cannabis* para financiar diversos grupos criminosos e insurgentes, normalmente afiliados às citadas organizações terroristas e extremistas regionalizadas. Além das citadas drogas ilícitas, o diamante, o petróleo, a madeira, o ouro, o urânio e o marfim também são traficados por tais organizações para financiar suas atividades (CAMPOS et al, 2016).

Como resultado da acentuada exposição às citadas ameaças, as vulnerabilidades das regiões africanas Ocidental e Setentrional às drogas, ao crime organizado transnacional, à insurgência e ao terrorismo internacional têm se aprofundado cada vez mais, tornando esse ambiente operacional mais complexo, difuso e sob constantes crises e conflitos. Nos dias atuais, além das citadas organizações terroristas, pelo menos 35 (trinta e cinco) grupos armados insurgentes continuam ativos em cerca de 10 (dez) países do Oeste, Norte, Centro e Leste africanos (CAMPOS et al, 2016).

Na RCA, por exemplo, se destacam os grupos insurgentes autodenominados *Ex-SÉLÉKA* (majoritariamente muçulmanos) e *Anti-BALAKA* (majoritariamente cristãos), além de outros grupos armados de menor expressão. Questões étnicas, econômicas e políticas, neste último caso sucessivas frustrações com governos corruptos e incapazes, levaram a RCA a uma instabilidade sem precedentes, acentuando conflitos internos. Nesse contexto, assassinatos, saques, tortura e destruição de casas e locais de cultos passaram a ser frequentemente conduzidos por tais grupos armados insurgentes. Dentre os casos de

violência contra as populações civis muçulmanas e cristãs, se destacam os seguintes: ataques a comboios do Programa Mundial de Alimentos; ataques com granadas e tiros contra a MINUSCA e tentativas de queimar seus veículos; ataques a trabalhadores da Cruz Vermelha; e destruição de casas, lojas e escritórios humanitários (CAMPOS et al, 2016).

1.2.1. Ex-SÉLÉKA

Criada em 2012, a Coalizão *SÉLÉKA* surgiu da aliança de grupos muçulmanos, baseados no Norte da RCA. Em março de 2012, durante uma reunião realizada na República do Níger envolvendo a União das Forças Democráticas pela Unidade ou *Union des Forces Démocratiques pour le Rassemblement (UFDR)*, a Convenção dos Patriotas por Justiça e Paz ou *Convention des Patriotes pour la Justice et la Paix (CPJP)* e as Forças pela Democracia do Povo Centro-africano ou *Forces pour la Démocratie du peuple Centrafricain (FDPC)*, as mesmas discutiram a possibilidade de comporem uma aliança para derrubar o então Presidente da RCA François Bozizé Yangouvond. Porém, em junho de 2012, a *CPJP* se desintegrou, formando a *CPJP Fondamentale* e a Convenção Patriótica pela Salvação do País ou *Convention Patriotique pour le Salut wa Kodro (CPSK)* (CHILE, 2017).

A Coalizão *SÉLÉKA* chegou a governar a RCA por pouco tempo em 2013. Depois de sua dissolução oficial, em setembro de 2013, os grupos remanescentes se tornaram conhecidos como *Ex-SÉLÉKA*. A implosão do *SÉLÉKA* foi causada por uma combinação de razões étnicas, financeiras, rivalidades entre suas lideranças e desacordos sobre suas estratégias diante da acentuada instabilidade na RCA. Atualmente, constituem o *Ex-SÉLEKA* a Frente Patriótica para o Renascimento da República Centro-Africana (FPRC), o Rali Patriótico para o Renascimento da África Central (RPRC), a União pela Paz na República Centro-africana (UPC) e o



Movimento Patriótico da África Central (MPC). Seus objetivos principais são melhorar a situação social, política e econômica de seus membros e assegurar acordos políticos e econômicos duradouros para o País (CAMPOS et al, 2016; CHILE, 2017).

Em relação ao seu *modus faciendi*, suas ações se resumem à destruição de imóveis pertencentes a agentes do Estado, à ocupação de prédios públicos, à realização de manifestações violentas e à execução de sequestros. Em 9 de dezembro de 2017, seus integrantes queimaram algumas residências de autoridades, como a casa do novo Prefeito de Kaga Bandoro. Seus membros também ocuparam e esvaziaram alguns hospitais, como forma de protesto contra autoridades contrárias aos seus interesses, gerando grande tensão em algumas localidades. Em 23 de dezembro de 2017, praticaram um sequestro em Bangui, perto da Base Logística da MINUSCA (CAMPOS et al, 2016; CHILE, 2017).

1.2.2. *Anti-BALAKA*

O movimento *Anti-BALAKA* tem as suas raízes em milícias de autodefesa sobretudo contra o grupo *SÉLÉKA*, principalmente na parte Ocidental da RCA, desde a década de 1990. Tal movimento veio a ser conhecido dessa forma quando várias milícias e grupos rebeldes se uniram, no final de 2012, para retomarem o poder da RCA, após o Golpe de Estado de 24 de março de 2013. Porém, as milícias *Anti-BALAKA*, em sua maioria formada por cristãos e animistas, surgiram não somente como uma resposta aos ataques indiscriminados dos muçulmanos *SÉLÉKAS*, mas também como uma reação à anarquia geral reinante no País até então e, à indiferença do Estado em proteger as comunidades dos constantes ataques dos bandidos de estrada e ladrões de gado (CAMPOS et al, 2016).

Atualmente, o *Anti-BALAKA* reúne a Frente Republicana para o Retorno à Ordem Constitucional na República Centro-Africana (FROCCA) e o

Partido Centro-Africano para a Unidade e o Desenvolvimento (PCUD). Seu principal objetivo se resume em assegurar um papel dominante no futuro político e econômico da RCA, por meio da prática da violência indiscriminada (CAMPOS et al, 2016; CHILE, 2017).

No que se refere ao seu *modus faciendi*, verifica-se a realização de ataques a comboios, viaturas isoladas e postos de segurança da MINUSCA. Para tal, se utilizam de armamentos militares, como fuzis 7,62 mm. Em 26 de novembro de 2017, integrantes desse grupo atacaram um comboio logístico da MINUSCA. Em 2 de dezembro de 2017, abriram fogo contra uma base temporária do Batalhão do Marrocos (MORBATT). Nesse mesmo dia, abriram fogo contra um comboio logístico escoltado pela MINUSCA. Em 4 de dezembro de 2017, armados com fuzis AK-47 e armas artesanais, atacaram um *checkpoint* da MINUSCA. Em 30 de janeiro de 2018, em Bangassou, no setor leste, uma viatura da MINUSCA foi interceptada por combatentes *Anti-BALAKA* (CHILE, 2017).

2. A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA MILITAR NO ÂMBITO DA FORÇA TERRESTRE BRASILEIRA

O manual de Fundamentos Inteligência Militar Terrestre, EB20-MF-10.107, de 2015, enfoca o assessoramento oportuno e perene aos decisores, em todos os níveis de condução de operações militares, de forma que os mesmos possam atuar no Amplo Espectro dos conflitos. Nesse contexto, a produção dos conhecimentos de Inteligência busca proporcionar a compreensão de como agem as forças presentes no ambiente operacional, do terreno onde provavelmente tais forças irão conduzir as suas operações e dos efeitos que as condições meteorológicas e outros fatores exercerão sobre as atividades e ações a serem desencadeadas, colaborando para o planejamento e o emprego da Força Terrestre (F Ter) (BRASIL, 2015b).



Comandantes e seus estados-maiores, nos níveis estratégico, operacional e tático, se valem da Inteligência Militar (IM) para atender suas necessidades de conhecimento. De acordo com o referido manual, as missões desencadeadas pela IM em operações são indispensáveis ao planejamento e à execução dos planos de campanha, principalmente no que diz respeito a sua capacidade preditiva, o que possibilita aos comandantes e estados-maiores terem constante consciência situacional. Nesse sentido, a IM tem como um dos seus objetivos a permanente identificação das ameaças, em qualquer nível de atuação, de forma a minimizar incertezas e buscar oportunidades, para que as operações atinjam o Estado Final Desejado (EFD) (BRASIL, 2015b).

Em relação ao nível estratégico, a IM atua na produção e na salvaguarda de conhecimentos orientados à formulação de avaliações estratégicas, que comporão as políticas e os planos militares do mais alto nível, orientados para os Objetivos Nacionais do País. Cabe ressaltar que, nesse nível, a IM é imprescindível, haja vista que a mesma contribui para o estabelecimento de diretrizes e planos militares nacionais e, em alguns casos, apoia a participação de forças brasileiras em coalizões internacionais. Nestas situações, as missões da Inteligência podem ser conjuntas e, em algumas situações, multinacionais (BRASIL, 2015b).

Quanto ao nível operacional, a finalidade da IM é a produção e a salvaguarda de conhecimentos requeridos para planejar, conduzir e sustentar operações militares, no intuito de atingir objetivos estratégicos na área de responsabilidade de um Comando Operacional (C Op) ativado. Conforme o manual EB20-MF-10.107 (BRASIL, 2015b), a IM deve desencadear as seguintes ações no nível operacional: colaborar na compreensão, no planejamento e na condução das campanhas e das principais operações militares; e produzir conhecimentos referentes ao ambiente operacional (Amb Op) e às forças hostis presentes, ou que nele possam atuar. O resultado da

produção tem caráter estimativo, o que possibilita a emissão de juízo sobre a importância, intensidade e amplitude de uma ameaça real ou potencial, com base no processamento, na análise e na integração dos dados.

No que diz respeito ao nível tático, a IM colabora para a consciência situacional de comandantes e decisores ao possibilitar aos mesmos tanto o conhecimento do ambiente operacional como das suas ameaças presentes. O manual EB20-MF-10.107 também define que a IM deve desenvolver as seguintes ações no nível tático: produzir conhecimentos que apoiem o processo decisório dos comandantes táticos, no planejamento e na condução de operações militares; em relação às forças oponentes, identificar suas unidades, as características técnicas de seus materiais, seus modos de atuação e sua base doutrinária, além de obter dados relativos à personalidade de seus chefes político-militares; e fazer o levantamento das condições meteorológicas, das características do terreno e das considerações civis que possam impactar na condução das operações militares (BRASIL, 2015b).

Em operações militares, a amplitude da IM abrange os conceitos de Amb Op, Espaço de Batalha e consciência situacional. Relativo à consciência situacional, a mesma é adquirida por meio da análise e julgamento dos conhecimentos e informações relevantes, com o objetivo de determinar as relações entre os fatores operativos e de decisão. Referente aos demais conceitos, o princípio da oportunidade cresceu de importância para a IM, tendo em vista as rápidas e constantes alterações nas condições dos Amb Op e Espaços de Batalha. Tais mudanças, implicam na necessidade de análises contínuas por parte dos comandantes táticos e seus estados-maiores (BRASIL, 2015b).

O entendimento do Amb Op é indispensável para o planejamento e a condução de operações militares. Dessa maneira, o manual de Inteligência

Militar Terrestre em estudo descreve tal Amb Op como um conjunto de fatores que se relacionam entre si, de forma exclusiva em cada situação, tomando por base três dimensões: a física, a humana e a informacional (BRASIL, 2015b).

Quanto às dimensões física e virtual, onde ocorrem e repercutem os combates, as mesmas definem o Espaço de Batalha. Esse conceito abrange as expressões política, econômica, militar, científico-tecnológica e psicossocial do poder de um país, se relacionando entre si e entre os beligerantes. O Espaço de Batalha engloba o Campo de Batalha (BRASIL, 2015b).

A eficiência da Inteligência Militar está diretamente relacionada ao assessoramento oportuno. Este suporte é fornecido por meio do Ciclo de Inteligência, que é definido como uma sequência de atividades ordenadas, de acordo com a qual dados são obtidos e conhecimentos são produzidos e colocados à disposição dos usuários de modo racional. Este processo ocorre de forma cíclica, abrangendo a orientação, a obtenção, a produção e a difusão para o comandante e seu estado-maior e para outros decisores pertinentes (Figura 3) (BRASIL, 2015b).

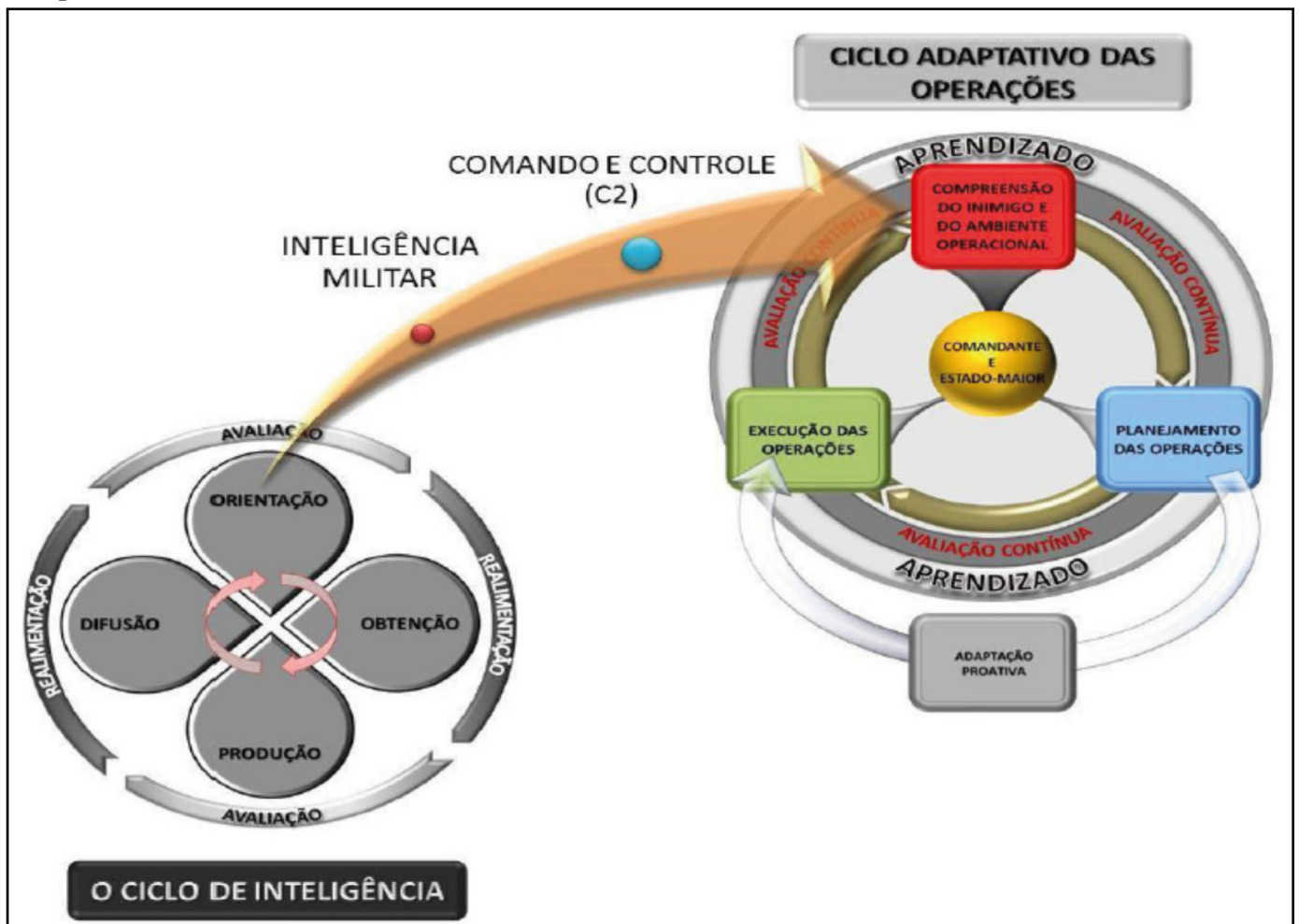


Figura 3: O ciclo de inteligência e a consciência situacional
Fonte: Brasil (2015b).

Na fase de orientação, são estabelecidas as ameaças e fixadas as diretrizes para o planejamento e a execução das atividades e tarefas relacionadas à Inteligência. Cabe aos comandantes e seus estados-maiores a orientação, além da definição e priorização das Necessidades de Inteligência (NI)

em função da missão. Já na fase de obtenção, são obtidos dados, informações e conhecimentos que embasarão a etapa da produção, por intermédio do planejamento e emprego de meios em pessoal e material especializados ou não especializados (BRASIL, 2015b).

Na fase de produção, os dados, informações e conhecimentos adquiridos são transformados em novos conhecimentos de Inteligência, para responder às NI dos usuários. Cabe ressaltar que a produção abrange três etapas: análise e síntese, onde se insere a integração, complementada pela interpretação e pela formalização. No nível tático, as restrições e exigências do combate podem indicar que a separação entre essas etapas seja reduzida, com vistas a atender ao princípio da oportunidade. Convém destacar que é imprescindível que sejam realizadas a análise e a integração dos dados adquiridos pelos mais variados sensores. A caracterização das ameaças e das oportunidades é o primeiro dos produtos que

a IM deve fornecer aos comandantes e seus estados-maiores. Por fim, na fase de difusão, são divulgados os conhecimentos produzidos aos decisores e, ainda, mediante ordem, para quem tal conhecimento possa interessar ou ser útil (BRASIL, 2015b).

Tendo sido compreendido o Ciclo de Inteligência, também se faz necessário o correto entendimento dos ambientes da IM, descritos no próprio manual de Inteligência Militar, EB20- MF-10.107 (BRASIL, 2015b), e no manual da Força Terrestre Componente, EB20-MC-10.202 (BRASIL, 2014), que são o ambiente de Comando e Controle (ambiente C²), o ambiente de Análise e o ambiente de Obtenção.

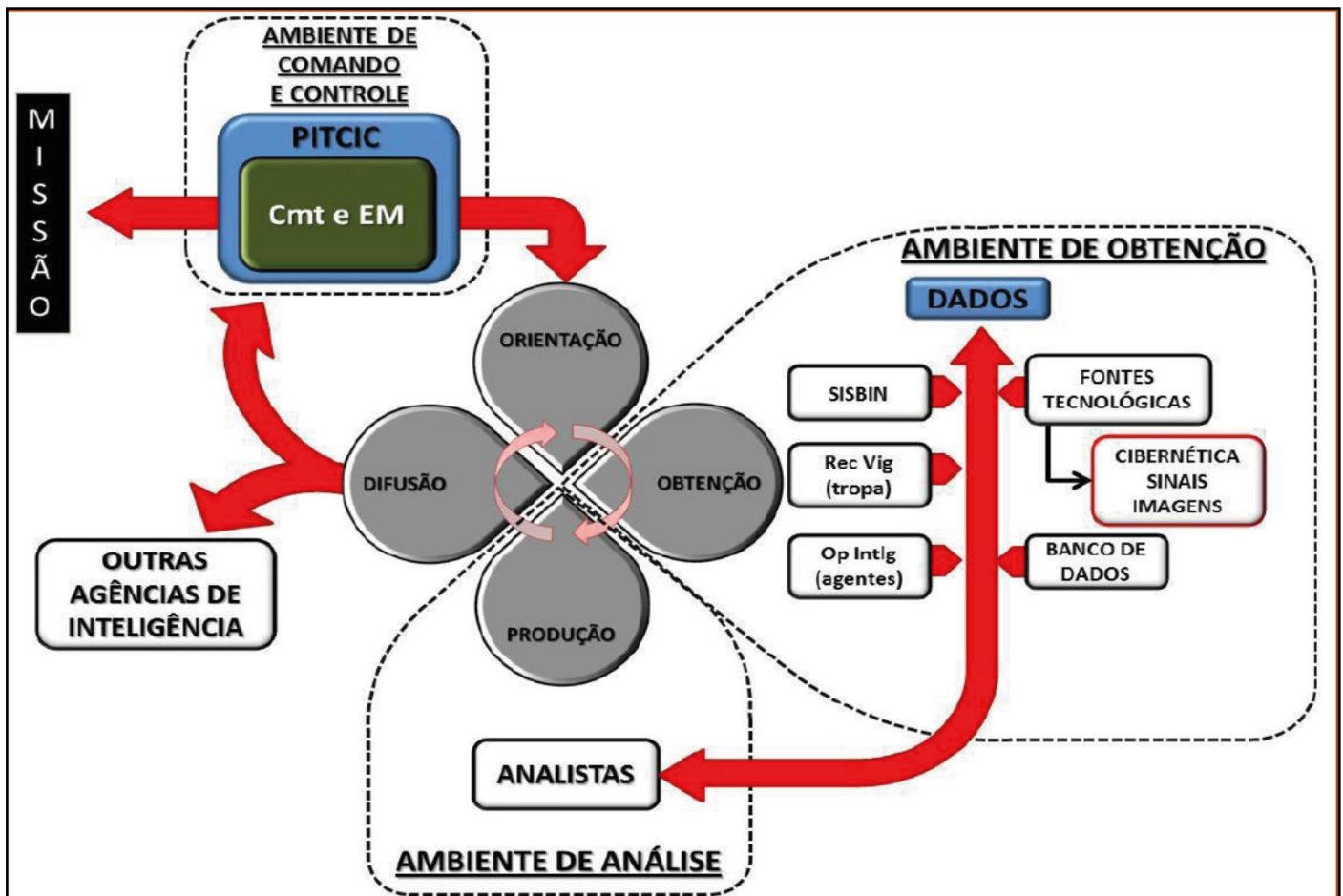


Figura 4: O Ambiente de Emprego da Inteligência
Fonte: Brasil (2015b).

No ambiente de C², a IM se faz presente por meio de sua própria Célula de Inteligência, chefiada por um Oficial de Inteligência, que é o responsável pelo assessoramento ao decisor, com base nos conhecimentos produzidos no ambiente de Análise

(BRASIL, 2014). O ambiente de Análise é composto por Analistas de Inteligência. Este ambiente, de acordo com a operação militar a ser apoiada, com o grau de complexidade dos conhecimentos necessários e com o volume de meios de obtenção



de dados das diversas fontes empregadas, pode ser organizado com base em uma Central de Análise de Inteligência (BRASIL, 2016a).

A Central de Análise de Inteligência é uma estrutura composta por pessoal e equipamentos com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos com oportunidade. Seu funcionamento ocorre antes, durante e após o desencadeamento de uma operação militar. Tem como capacidades, dentre outras: a integração de dados e conhecimentos oriundos das diversas fontes e a obtenção de dados em tempo real, além de oferecer flexibilidade para atender aos níveis tático, operacional e estratégico, em cenários variados (BRASIL, 2016a).

O ambiente de Obtenção é integrado pelos mais diversos meios utilizados para coletar/buscar dados, estando estes presentes nos vários elementos de emprego da F Ter. Tais meios se valem de tarefas e ações relativas às operações militares, como as que se seguem: vigilância e reconhecimento (terrestre, naval e aéreo); patrulhas de qualquer natureza; ações de combate; entrevistas daqueles que participam, diretamente ou indiretamente, do esforço de combate; exame e análise de documentos e materiais; interpretação de imagens fotográficas e satelitais; exploração do espectro eletromagnético e do ambiente cibernético; observação e escuta (sensores); e busca de alvos (especialmente por radares e sonares) (BRASIL, 2015b).

Estando relacionadas ao ambiente de obtenção, as disciplinas de Inteligência se fundamentam nas suas fontes de dados, que são as seguintes: humanas, geointeligência, assinatura de alvos, abertas, sinais, cibernética, técnica e sanitária. Tais fontes permitem a observação, a exploração, o armazenamento e a difusão de informações referentes à situação, às ameaças e aos outros fatores do entorno operativo. Conforme o manual de Inteligência Militar, EB20-MF-10.107 (BRASIL, 2015b), essas fontes se definem da seguinte forma:

- Inteligência de Fontes Humanas (*Human*

Intelligence - HUMINT): provêm de dados obtidas por fontes humanas, remetendo à expressão “todo soldado é um sensor”;

- Inteligência de Imagens (*Imagery Intelligence - IMINT*): oriunda da análise de imagens fixas e de vídeo, a partir de fotografia, radar e sensor electro-óptico de tipo térmico, infravermelho ou de amplo espectro, localizados em terra ou em plataformas navais, aéreas ou espaciais;

- Inteligência Geoespacial (*Geospatial Intelligence - GEOINT*): oriunda da exploração e análise de imagens (*IMINT*) e informações geográficas (*GEOINFO*), no intuito de “definir, avaliar e representar, de forma georreferenciada, as características físicas e atividades referentes à superfície terrestre”;

- Inteligência por Assinatura de Alvos (*Measurement and Signature Intelligence - MASINT*): proveniente da análise científica e técnica de dados originários de fontes emissoras, com a intenção de identificar as peculiaridades relativas a essas fontes, contribuindo para a sua posterior identificação;

- Inteligência de Fontes Abertas (*Open Source Intelligence - OSINT*): baseada em dados não protegidos, ou seja, fontes de divulgação pública, à semelhança de meios de comunicação de massa, propagandas, periódicos, internet, manuais técnicos e livros;

- Inteligência de Sinais (*Signals Intelligence - SIGINT*): oriunda do espectro eletromagnético;

- Inteligência Cibernética (*Cyber Intelligence - CYBINT*): produzida com base em dados, protegidos ou não, que provêm do espaço cibernético;

- Inteligência Técnica (*Technical Intelligence - TECHINT*): resulta da análise de equipamentos tecnológicos e de material com possibilidade de utilização militar; e

- Inteligência Sanitária (*Medical Intelligence - MEDINT*): produzida com base na análise de dados e informações sanitárias, biocientíficas e epidemiológicas ligadas à saúde humana e animal.

3. A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA MILITAR EM APOIO ÀS OPERAÇÕES DE PAZ NO ÂMBITO DA ONU NO SÉCULO XXI

A ONU começou a dar maior importância à Atividade de Inteligência em Operações de Paz no início do século XXI. Esta Organização Internacional atribuiu uma prioridade muito baixa a este tipo de atividade, desde a sua criação, após a Segunda Guerra Mundial até a última década do século XX, quando despertou para a sua relevância e para a necessidade de implementá-la dentro de suas estruturas. Dessa forma, a partir de 2001, a ONU passou a criar órgãos voltados para a gestão da informação e a destinar recursos financeiros para as suas atividades, no contexto das suas Operações de Paz (DORN, 2010 apud KUELE, 2014).

A efetividade das operações de paz no âmbito da ONU foi muito contestada no final do século XX, exigindo do seu então Secretário Geral Boutros-Ghali providências no sentido de reestruturá-las. Dessa maneira, Boutros-Ghali convocou o “Painel sobre as Operações de Paz da ONU”, que foi liderado pelo diplomata argelino Lakhdar Brahimi, cujos principais objetivos eram analisar a condução das operações de paz em execução e propor as melhorias necessárias. O produto de tal painel, conhecido como “Relatório Brahimi”, mapeou diversas falhas no contexto de tais operações, particularmente no que diz respeito às suas capacidades de orientar, obter, processar e difundir conhecimentos de inteligência em todos os níveis, o que dificultava sobremaneira os seus êxitos (JUND, 2009 apud KUELE, 2014).

A doutrina de Operações de Paz da ONU passou por radicais modificações a partir de então, tendo sido redefinidos alguns dos seus fundamentos e princípios básicos. No que diz

respeito ao princípio da imparcialidade e do uso da força somente em defesa própria, o mesmo evoluiu para a defesa, inclusive, dos componentes da operação e do mandato da missão, transformando-se em prática legitimada. Além disso, buscou-se também melhorar as estruturas e capacidades de comando e controle e de Inteligência nos níveis estratégico, operacional e tático, tendo em vista a crescente necessidade de avaliação de ameaças e riscos, de alertas antecipados e de análise constante (JUND, 2009 apud KUELE, 2014).

3.1. O Nível Estratégico da Atividade de Inteligência em apoio às Operações de Paz da ONU no Século XXI

A partir de 2001, a ONU e o seu Secretariado criaram mais estruturas relevantes de Inteligência no nível estratégico, particularmente no âmbito do Departamento de Operações de Paz (DPKO), do Departamento de Suporte (DFS) e do Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA). Referentes ao DPKO e ao DFS, foram criados o Time de Avaliação e o Serviço de Planejamento Militar (MPS), ambos ligados ao Escritório de Assuntos Militares (OMA), e a Unidade de Pesquisa e Ligação (RLU), ligada ao Centro de Situação (SITCEN). Relativo ao OCHA, foi estruturado o Sistema de Alerta Humanitário Antecipado (HEWS) (KUELE, 2014) (Figura 5).

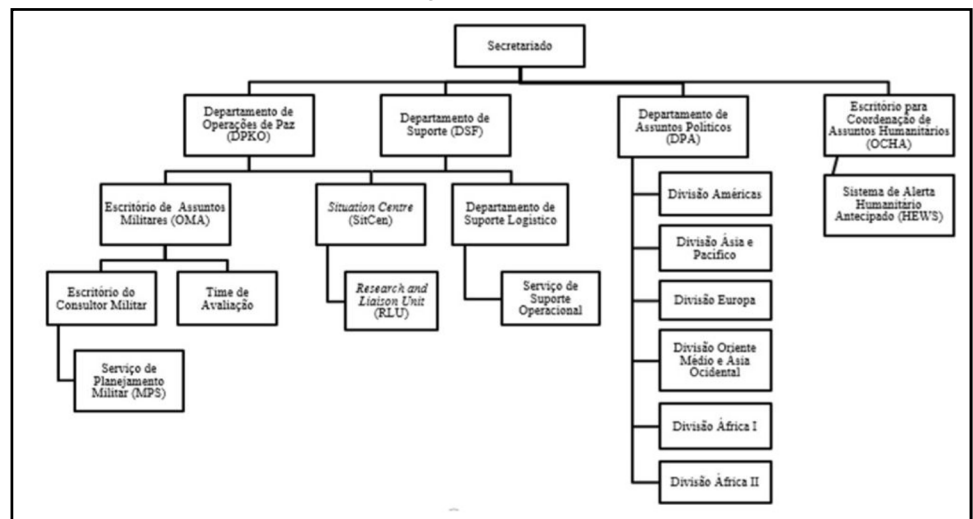


Figura 5: Estruturas de Inteligência no Secretariado da ONU
Fonte: Kuele (2014)



O MPS foi criado para gerenciar aspectos militares das Operações de Paz, de acordo com cada mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), além de produzir conhecimentos de Inteligência voltados para o planejamento multidimensional de cada missão estabelecida (EKPE, 2007 apud KUELE, 2014).

Quanto ao Time de Avaliação, este foi estruturado para produzir análises estratégicas de informações militares que extrapolassem o ambiente operacional de cada missão de paz, antecipando potenciais ameaças. No que tange à RLU, a mesma foi criada para proporcionar capacidade analítica ao SITCEN no empreendimento de pesquisas de médio e de longo prazo, inerentes a temas políticos, de segurança e, particularmente, relativos às Operações de Paz em andamento (DORN, 2010; NORHEIN-MARTISEN, 2011 apud KUELE, 2014).

Por fim, o HEWS foi concebido para realizar análise de informações e avaliação de tendências, visando a identificação de potenciais crises com implicações humanitárias (EKPE, 2007; XAVIER, 2011 apud KUELE, 2014).

A Atividade de Inteligência no nível estratégico da ONU tem sido limitada por vários motivos ao longo da sua existência, particularmente devido à relutância e à desconfiança perene entre seus países membros. As explicações para que isso ocorra, segundo Kuele (2014), se encontram no medo de que os Estados mais poderosos utilizem tal capacidade em prol dos seus objetivos, além de temerem que suas soberanias nacionais sejam prejudicadas.

3.2. O Nível Operacional da Atividade de Inteligência em apoio às Operações de Paz da ONU no Século XXI

Quanto ao nível operacional, a partir de 2006 a ONU estabeleceu como política nas suas Operações de Paz a estruturação de um Centro de Análise de Missão Conjunta (*Joint Mission Analysis Centre - JMAC*) e de um Centro de Operações

Conjuntas (*Joint Operations Centre - JOC*), ambos por meio do DPKO (UN, 2006 apud KUELE, 2014).

O *JMAC* trata-se de uma estrutura multidisciplinar, cuja principal atribuição é produzir conhecimentos de Inteligência, como análises integradas, visando à antecipação e a gestão das informações junto às suas Operações de Paz. Tal função revela a capacidade no âmbito da ONU em produzir avaliações de Inteligência de considerável qualidade, quando se tem um mandato bem definido e recursos em pessoal, material e financeiros necessários (RAMJOUÉ, 2011 apud KUELE, 2014).

A importância e a necessidade de Inteligência no nível operacional se tornaram mais evidentes após o estabelecimento exitoso do *JMAC* na estrutura de suas missões. Tal êxito corrobora com a aceitação dos seus países membros em relação ao estabelecimento de Operações de Paz, visto que nesse nível não se visualizam ameaças às suas soberanias (MACEDA, 2007 apud KUELE, 2014).

Cabe ressaltar que, diversas Operações de Paz da ONU, engajaram-se a partir da atuação bem-sucedida do *JMAC*, particularmente no que diz respeito à gestão da informação. Nesse contexto, Dorn (2009 apud KUELE, 2014) cunhou o termo *intelligence-led operations*, se referindo às operações conduzidas pela Inteligência ou dirigidas de acordo com o tempo e os objetivos de Inteligência. Convém frisar que esse conceito foi empregado pela Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) de dezembro de 2006 a março de 2007, na pacificação das favelas de Porto Príncipe (KUELE, 2014).

3.3. O Nível Tático da Atividade de Inteligência em apoio às Operações de Paz da ONU no Século XXI

No que tange ao emprego da Atividade de Inteligência no nível tático, a evolução da abordagem



da ONU em suas Operações de Paz fica bem caracterizada em algumas de suas recentes e atuais missões, como podemos verificar na condução da MINUSTAH, da Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) e da Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), descritas nas subseções a seguir.

3.3.1. Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH)

A MINUSTAH foi estabelecida como uma Operação de Manutenção da Paz de 2004 a 2017, cujo mandato tinha como objetivos proporcionar um ambiente seguro e estável no Haiti, auxiliar o governo haitiano de transição e a polícia nacional haitiana, além de promover os direitos humanos nesse País (UNSC, 2004 apud KUELE, 2014).

Nos dois primeiros anos da missão, de 2004 a 2005, a Inteligência funcionou de maneira deficiente na missão, pouco contribuindo com as operações, pois estava estruturada apenas numa Seção de Inteligência do Estado-Maior da Força de Paz (G2), sem recursos financeiros definidos e analistas de Inteligência. A partir de 2006, o *JMAC* foi estruturado com base em uma Unidade de Análise Estratégica, uma Unidade de Análise Operacional e Suporte ao Planejamento e uma Unidade de Análise de Coleta. Dessa forma, o mesmo passou a orientar a Atividade de Inteligência da MINUSTAH em tempo real, contribuindo para o êxito da Força de Paz contra as gangues haitianas, que refletiu no controle de todos os setores de Porto Príncipe. Destaca-se o fornecimento dos “pacotes-alvo” pelo *JMAC* à Força de Paz, que continha informações pessoais dos líderes de gangues, auxiliando nas suas capturas e apreensões (DORN, 2010 apud KUELE, 2014).

A coleta de dados na MINUSTAH baseou-se nas fontes de *HUMINT* e de *IMINT*. Quanto à

HUMINT, o uso de informantes e colaboradores foi fundamental para o seu êxito, assim como os contatos com a Polícia Haitiana, a população local e as ONG presentes no Amb Op. Em relação à *IMINT*, a mesma também foi importante, na medida que possibilitou a elaboração de mapas e a produção de imagens de líderes e integrantes de gangues, o que permitiu suas apreensões (DORN, 2009 apud KUELE, 2014).

Por fim, os produtos e atividades de Inteligência na MINUSTAH se resumem nos seguintes, de acordo com Dorn (2009 apud KUELE, 2014): “pacotes-alvo”, *briefings* e resumos semanais de Inteligência, avaliações de ameaças, relatórios diários e semanais de situação (SITREP) e relatórios instantâneos.

3.3.2. Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS)

A UNMIS foi estabelecida em março de 2005, visando, principalmente, à implementação do Ampla Acordo de Paz (CPA) entre o governo do Sudão e o Exército/Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM/A). O seu mandato tinha como missões auxiliar o cumprimento dos pontos acordados no CPA, facilitar e coordenar o retorno dos refugiados e deslocados internamente, proporcionar assistência humanitária, contribuir na promoção dos direitos humanos no País e coordenar os esforços na proteção de civis. Além disso, o referido mandato permitia à UNMIS tomar as medidas necessárias para proteger os seus meios em pessoal e material e os civis sob iminente ameaça de violência física (UNSC, 2005 apud KUELE, 2014).

A ONU não havia estruturado o *JMAC* no começo dessa missão, o que ocorreu a partir de 2008, dificultando sobremaneira o cumprimento inicial do mandato estabelecido para tal. Cabe frisar que, os meios, recursos e sistemas destinados a essa missão foram inadequados para uma Atividade de Inteligência efetiva e que fosse capaz de produzir



consciência situacional ao seu Comando até o seu encerramento (GIFFEN, 2011 apud KUELE, 2014).

Quanto à coleta de dados, verifica-se que a mesma ocorreu basicamente por meio da fonte de *HUMINT*, ressaltando os contatos realizados pelas Patrulhas de Observadores Militares, denominadas em inglês pelo termo *Team Sites*, com a população e autoridades locais e as ONG presentes no ambiente operacional. Tais patrulhas confeccionavam um Relatório Diário de Situação, que se constituiu no único tipo de documento de Inteligência produzido em prol da UNMIS. Assim, verifica-se que o JMAC e a Atividade de Inteligência propriamente dita não foram tão úteis na UNMIS, como foram na MINUSTAH. A UNMIS foi encerrada com êxito em 2011, quando definitivamente o Sudão do Sul votou por sua separação e independência em relação ao resto do País (KUELE, 2014).

3.3.3. Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO)

A MONUSCO trata-se de uma Operação de Paz em execução, que evoluiu, em 2010, a partir da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC), refletindo uma nova fase dessa antiga missão, iniciada em 1999. O atual mandato da MONUSCO tem como objetivos: proteger os civis sob ameaça iminente de violência física e auxiliar o governo da RDC nos esforços de estabilização. Nesse sentido, o maior desafio para a Atividade de Inteligência na RDC se resume na proteção de civis e no controle de grupos rebeldes (UNSC, 2010 apud KUELE, 2014).

A Inteligência da MONUSCO encontra-se estruturada no JMAC, no G2 e nos Centros de Alerta Oportuno (*Early Warning Centres - EWC*). O G2 possui as funções tradicionais da AIM, enquanto o JMAC foi estabelecido em 2005 nas cidades de Kinshasa e Goma, no âmbito da antiga MONUC,

com o objetivo de produzir conhecimentos integrados de médio e longo prazo, a cerca de todos os aspectos relativos ao mandato da missão. Em 2010, o JMAC foi reestruturado, sendo dividido pelas regiões geográficas Norte, Sul e Oeste da RDC e por suas principais questões temáticas, como recursos naturais, grupos armados e eleições (KJEKSRUD; RAVNDAL 2010 apud KUELE, 2014).

Quanto aos *EWC*, estabelecidos em 2010 em algumas províncias, os mesmos têm como tarefas a manutenção de um banco de dados de incidentes, riscos e ameaças à proteção de civis, o auxílio na redução da exploração clandestina de recursos naturais, a produção de estatísticas semanais de tendências e riscos sobre proteção de civis e o mapeamento de áreas de alto risco. Os *EWC* buscam manter a consciência situacional nas Bases de Operações das Companhias (COB), atuando por meio de redes de comando e controle, a fim de melhorar constantemente a pronta-resposta aos alertas de proteção das populações locais, visando a proteção de civis (KJEKSRUD; RAVNDAL 2010 apud KUELE, 2014).

No que diz respeito à coleta de dados, a Atividade de Inteligência da MONUSCO avançou muito no sentido da incorporação de novos meios e de novas tecnologias. Tal missão tem feito uso da fonte de *SIGINT*, ao empregar radares para monitorar o espaço aéreo e as hidrovias do Leste da RDC, assim como tem explorado a fonte de *GEOINT*, ao utilizar sistemas de vigilância por meio de Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANT) e a capacidade cartográfica. A fonte de *HUMINT* também tem sido bastante utilizada na missão, particularmente para avaliar e validar dados coletados por meio de outras fontes, constituindo-se no seu principal meio de coleta perante as autoridades, a polícia e os militares locais (KUELE, 2014).

Em relação aos produtos da Atividade de Inteligência na missão em questão, os mesmos



se resumem na edição de avaliações semanais de ameaças e de análises específicas, relacionadas a determinadas áreas, grupos armados ou eventos específicos do ambiente operacional. Além desses, as Patrulhas de Observadores Militares (*Team Sites*) confeccionam Relatórios Diários de Situação ao Comando da MONUSCO (KEULE, 2014).

4. CONCLUSÃO

As respostas à constante mutação do cenário internacional globalizado e assimétrico, às ameaças transnacionais contemporâneas e aos interesses nacionais demandam transformações na doutrina de gestão política e de emprego do Poder Militar e na doutrina e organização das FA, assim como novos estudos científicos. Nesse sentido, o presente artigo científico se balizou pela análise da eficiência, eficácia e efetividade do emprego da AIM no apoio à busca continuada de ameaças, no contexto de uma Operação de Paz no continente africano, particularmente na RCA, com enfoque na identificação oportuna das constantes mudanças táticas e estratégicas das principais organizações terroristas e violentas extremistas atuantes no “Arco de Instabilidade” africano (*Maghreb, Sahel*, Chifre da África e regiões subsaarianas) e dos grupos armados insurgentes e criminosos presentes naqueles Países.

O crescente desenvolvimento e institucionalização da Atividade de Inteligência nas Operações de Paz da ONU vem ocorrendo nos níveis estratégico, operacional e tático. A partir de 2001, a disponibilidade de estruturas de Inteligência integrada, eficiente, eficaz e efetiva se tornou fundamental para o emprego oportuno e exitoso de Forças Militares em Operações de Paz, como foi possível verificar recentemente na MINUSTAH e na UNMIS, e como vem ocorrendo na MONUSCO. Essa mudança adotada pela ONU não ocorreu apenas como uma adaptação aos conflitos e ameaças do século XXI, mas também como uma resposta à comunidade internacional, cansada de seus recorrentes fracassos.

Em relação ao nível estratégico, verificou-se que algumas importantes estruturas de Inteligência foram criadas no âmbito do Secretariado da ONU, como o MPS, o Time de Avaliação, o RLU e o HEWS. Porém, tais estruturas ainda necessitam se consolidar e desenvolver melhor suas capacidades. Cabe ressaltar que, a Atividade de Inteligência no nível estratégico da ONU, tem sido prejudicada pela constante desconfiança e resiliência dos países membros em relação aos verdadeiros interesses dos Estados mais poderosos.

No que diz respeito aos níveis operacional e tático, a UNMIS proporcionou uma fraca experiência em relação ao emprego da Inteligência em Operações de Paz, evidenciando a necessidade da ONU buscar melhorias nesse sentido. Foi possível constatar que missões de paz mais complexas, como a UNMIS, devem possuir um *JMAC* dotado de pessoal e material adequados às atividades e tarefas à Atividade de Inteligência. Além disso, as tropas do componente militar e *Team Sites* devem ser bem orientados e direcionados com oportunidade pelo Comando da Operação, visando os trabalhos de coleta de dados e elaboração de relatórios e outros documentos de Inteligência.

Quanto à MONUSCO, ainda em execução, é possível verificar que existem esforços no sentido de aprimorar o emprego da Inteligência no âmbito dessa Operações de Paz, dentro dos seus atuais limites. Assim, cada vez mais se torna visível a necessidade de uso desse tipo de atividade no âmbito das missões da ONU e na comunidade internacional, visando não somente a consecução efetiva dos objetivos de cada mandato, como também a proteção dos meios em pessoal e material adjudicados para tal em ambientes cada vez mais complexos e irregulares. Os esforços da Atividade de Inteligência na MONUSCO têm sido direcionados para a coleta de dados relativos às ameaças presentes no Amb Op, caracterizados pelo emprego não somente da *HUMINT*, mas também da *SIGINT* e *IMINT*.



Ainda quanto aos níveis operacional e tático, pode-se observar que a MINUSTAH possibilitou a exploração do potencial da Atividade de Inteligência Militar no âmbito das Operações de Paz da ONU. Assim, a Atividade de Inteligência foi desenvolvida no contexto dessa missão de paz de maneira consideravelmente efetiva, proporcionando êxitos sucessivos às operações de combate contra as diversas gangues armadas de Porto Príncipe, nos anos de 2006 e 2007. Convém ressaltar que o JMAC foi bastante efetivo nessa missão, na medida que conseguiu conciliar os objetivos do mandato com os interesses do governo haitiano, particularmente em relação à neutralização das gangues atuantes naquele Amb Op. A MINUSTAH se tornou um exemplo positivo de uso eficiente, eficaz e efetivo da Inteligência no âmbito das Operações de Paz da ONU, corroborando com o estabelecimento de um padrão de abordagem para futuros mandatos.

Considerando as capacidades das ameaças transnacionais e regionais apresentadas e a possibilidade de desdobramento de Força de Paz brasileira na África, no âmbito da ONU, espera-se que o Brasil aplique, em território africano, as lições aprendidas em 13 (treze) anos de liderança militar da MINUSTAH, particularmente no que se refere ao emprego da Atividade de Inteligência. Porém, ainda que seja considerada a pior fase dessa missão, no que diz respeito à resistência das organizações criminosas haitianas, não se pode comparar o ambiente operacional e o nível de risco que existia no território haitiano dessa época com o possível ambiente africano, visto

que são várias as ameaças presentes e atuantes neste último, na sua maioria de cunho terrorista, violento extremista, insurgente e criminoso.

Enquanto a *Al Qaeda*, o *DAESH* e suas organizações africanas afiliadas dividem o protagonismo das atuações regionais no Arco de Instabilidade africano, os *Anti-Balaka* e os *Ex-SÉLÉKA* desestabilizam a RCA. Nesse ambiente de instabilidade e sobrevivência, tais organizações terroristas, violentas extremistas e insurgentes têm modificado suas estratégias e *modus faciendi*, fazendo-se valer de seus apoios e coligações regionais e internacionais, visando a manutenção dos seus protagonismos regionalizados.

Nesse contexto, torna-se fundamental para a ONU, como principal Organização Internacional voltada para a Paz Mundial, que a institucionalização e o desenvolvimento da Atividade de Inteligência em Operações de Paz sejam efetivamente implementados. Dessa forma, caberá ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) não somente a determinação de mandatos robustos que permitam o emprego da Atividade de Inteligência, mas também o aprimoramento dessa atividade no âmbito da ONU, dentro dos limites impostos no seio de uma instituição internacional. Além disso, cabe ressaltar a necessidade de países como o Brasil, com histórica participação em Operações de Paz, adaptarem suas estruturas de Inteligência, particularmente sua AIM, visando o seu emprego na busca de ameaças e na análise do Amb Op e das forças oponentes, no contexto de tais operações, de maneira eficaz, eficiente e efetiva.



REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Y. *Terrorism in North Africa and the Sahel in 2016. Eighth Annual Report*. Arlington, VA: Inter-University Center for Terrorism Studies, mar. 2017. Disponível em: <<http://potomac institute.org/images/TerrNASahel2015.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2018.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2002a.
- _____. **NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2002b.
- _____. **NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação**. Rio de Janeiro, 2003.
- _____. **NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Comandante do Exército. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional - DAEBAI - EB10-D-01.001**. Brasília, DF, 2013.
- _____. **Plano Estratégico do Exército 2016- 2019**. 3. ed. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro, 2007b.
- BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Força Terrestre Componente - Manual de Campanha - EB20-MC-10.202**. Brasília, DF, 2014.
- _____. **Inteligência - Manual de Campanha - EB20-MC-10.207**. Brasília, DF, 2015a.
- _____. **Inteligência Militar Terrestre - Manual de Fundamentos - EB20-MF-10.107**. Brasília, DF, 2015b.
- _____. **Planejamento e Emprego da Inteligência Militar - Manual de Campanha - EB70-MC-10.307**. Brasília, DF, 2016a.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa - MD51-M-04**. Brasília, DF, 2007a.
- _____. **Estratégia Militar de Defesa - MD51-M-03**. Brasília, DF, 2006.
- _____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2018.
- _____. **Glossário das Forças Armadas - MD35-G-01**. Brasília, DF, 2015c.
- _____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Livro Branco de Defesa nacional**. Brasília, DF, 2012c.
- _____. **Política Nacional de Inteligência**. Brasília, DF, 2016b.
- CAMPOS, L. M. C. L. DE; SANTOS, J. T. DOS; VIEIRA, N. G. A.; SILVA, Y. V. R. DA. O conflito na República Centro Africana. **Série Conflitos Internacionais - ISSN 2359-5809**, v. 3, n. 1. Marília, SP: Observatório de Conflitos Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), fev. 2016. Disponível em: <www.marilia.unesp.br/index.php#1/.../observatorio-de-conflitos-internacionais/series/>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- CASTRO, R. H. D.; OSÉS, N. M. El Eje Magreb-Sahel: La amenaza del Terrorismo. **Revista UNISCI/UNISC Journal**, n. 39. Madrid: UNISCI/ Universidad Complutense de Madrid (UCM), out. 2015. Disponível em: <<https://www.ucm.es/data/.../UNISCIDP39-8RUBEN-NIEVA.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2018.
- CHILE. Centro Conjunto para Operaciones de Paz de Chile. **Actualización MINUSCA**. Santiago, 2017.
- COLLIER, D. **The comparative method: Political Science: The State of Discipline II**. Washington, D.C.: American Political Science Association, 1993. Disponível em: <<http://polisci.berkeley.edu/people/faculty/CollierD/APSA-TheComparativeMethod.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2018.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. Sage Publications Inc. **Handbook of qualitative research**. London, 2005.
- DORN, W. A. United Nations Peacekeeping Intelligence. In: JOHNSON, Loch K. (Ed.). **The Oxford Handbook of National Security Intelligence**. New York: Oxford University Press, 2010, p. 275–295.
- FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo, 2002.
- GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas, 2007.
- JUND, P. **Intelligence in Peacekeeping Operations**. Thesis (Master of Arts in Diplomacy and Military Studies). Hawaii Pacific University, 2009.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. São Paulo, 1991.
- _____. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo, 2007.
- SOUZA, M. A.; SILVA, A. M. M.; ROSA, F. H.; TEIXEIRA, J. C. Associação Brasileira de Estudos de Defesa: Encontro Nacional da ABED: ENABED VI: Simpósio Temático 02. 2012. **Psicologia Militar e Defesa Nacional**. São Paulo, 2012.
- TEBAS, J. A. M. Terrorismo en Sahel – África Occidental: Nuevas tácticas, nuevas alianzas, ... ¿nueva estrategia? **Documento Análisis**, n. 19. Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos (ieee.es), abr. 2017. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_analisis/2017/DIEEEA19-2017_Terrorismo_Sahel_JAMT.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2018.
- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo, 2005.